

**11 A 13**  
DE DEZEMBRO  
DE 2024

EVENTO PRESENCIAL  
NA UFRPE RECIFE

2º Congresso Internacional de Agroecologia  
e Desenvolvimento Territorial (CIADT)  
11º Seminário de Agroecologia e  
Desenvolvimento Territorial (SEADT)

**TEMA**  
Agroecologia política, sistemas alimentares e transições agroecológicas

UNIVASF UNEB APOIO CAPES

## **Territórios e Resiliência: relato de experiências da imersão pedagógica em comunidades pesqueiras de Recife e Itamaracá (PE)**

Natália Alves De Souza, Instituição: Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: [alvsnatalia@gmail.com](mailto:alvsnatalia@gmail.com)

Malu Rocha Sampaio, Instituição: Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: [rochasampaio malu@gmail.com](mailto:rochasampaio malu@gmail.com)

Flávia Da Silva Moraes, Instituição: Instituição: Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: [flavia.moraes@ufrpe.br](mailto:flavia.moraes@ufrpe.br)

**Linha de Pesquisa:** Identidade, Cultura e Territorialidades.

### **1 Introdução**

A pesca no Brasil é enfatizada em questões relacionadas a práticas de trabalho e tradição, destacando as relações de parentesco, afinidade e reciprocidade que regem a vida social, bem como o conhecimento sobre a pesca, o qual é passado de uma geração à outra. Estima-se que no país existam cerca de 1 milhão de pescadores(as) e 3 milhões de pessoas dependentes da economia da pesca artesanal, sendo 47,5% no nordeste, com a pesca quase toda artesanal (Pedrosa, 2016).

Os grupos pesqueiros costeiros situados em áreas de urbanização, de acordo com Pedrosa (2016), sofrem com a especulação imobiliária, turismo predatório, utilização de agrotóxicos em monoculturas extensivas, instalação de portos, industrialização, poluição e aquicultura, além da sobrepesca. Tais fatores não apenas comprometem a biodiversidade e a disponibilidade de pescados, geram também exclusão social e conflitos socioambientais, ameaçando territórios e seus modos de vida.

Por outro lado, se observa a adoção de práticas e estratégias de sobrevivência nas quais esses grupos mantêm suas heranças culturais frente às mudanças e pressões sofridas, se mantendo muitas vezes resilientes diante das possíveis perturbações. Estes grupos contribuem

com a economia e a preservação socioambiental das áreas de bem comum a partir de suas práticas.

Este trabalho justifica-se pela necessidade de visibilizar as ações e conhecimentos tradicionais dos grupos pesqueiros da Região Metropolitana do Recife (RMR), visitados durante a imersão pedagógica do curso de Bacharelado em Agroecologia, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), com o olhar voltado para as comunidades pesqueira visitadas: a comunidade do Bairro Novo, localizada na Ilha de Itamaracá, e a comunidade da Ilha de Deus, no Recife. Tem como objetivo discutir fatores que contribuem com o fortalecimento da resiliência comunitária, que está alinhado com os princípios da agroecologia, nestas duas comunidades, através das formas de enfrentamento coletivo às adversidades, identificando semelhanças e especificidades com base nas racionalidades dos povos das águas.

## **2 Referencial teórico**

Uma das definições para pescadores artesanais brasileiros é a de pessoas que se encontram espalhadas pelo litoral, em rios e lagos, e tem seu modo de vida assentado principalmente na pesca, ainda que exerçam outras atividades econômicas, como extrativismo vegetal, o artesanato, e a pequena agricultura. Praticam a pequena pesca, cuja produção é em parte consumida pela família e em parte comercializada. A unidade de produção costuma ser familiar, incluindo na tripulação conhecidos e parentes. Apesar de muitos viverem em comunidades litorâneas não urbanas, alguns moram em bairros urbanos ou periurbanos, construindo dessa forma uma solidariedade baseada na atividade pesqueira (Pedrosa, 2016).

De acordo com Pedrosa (2016), a pesca artesanal contribui com metade de toda a produção pesqueira no mundo, fornecendo proteína e geração de renda, contribuindo com a soberania alimentar, redução da pobreza, manutenção da dignidade humana, mercados adaptativos de trabalho e redistribuição social. Também aponta que em 2010 o setor pesqueiro foi responsável por 10% da ingestão calórica global e mais da metade da proteína animal consumida pelas pessoas mais pobres, indicando contribuição significativa para o alívio da pobreza entre pescadores artesanais.

O debate político sobre pesca e conservação vem se dando em torno do desenvolvimento sustentável, levando em consideração a dimensão ecológica e humana, já na pesca artesanal foi incorporado a visão dos direitos humanos, para garantir a pesca sustentável em pequena escala no contexto da segurança alimentar e da erradicação da pobreza (Pedrosa, 2016).

A visão ecossistêmica de resiliência, de acordo com Oliveira e Moraes (2018), percebe o indivíduo incorporado a várias esferas que se conectam, de modo que o individual, o familiar

e o meio ambiente estão interconectados e vários fatores de cada uma dessas esferas contribuem para os processos de enfrentamento das possíveis adversidades. Com isso, o conceito de resiliência passou a ser aplicado também para entender capacidades adaptativas apresentadas por comunidades.

Ao se avaliar a resiliência em comunidades que sofreram desastres, se observou que a solidariedade, honestidade estatal, identidade cultural, autoestima coletiva e humor social apareceram com maior frequência nas comunidades que se sobressaíram com mais rapidez. Oliveira e Moraes (2018) descrevem cada um como:

A solidariedade é percebida por meio da adesão a causa grupal, com a finalidade de superar as adversidades e conquistar benefícios comuns a todos. Honestidade estatal é vista através da confiança dos membros da comunidade que seus governantes administram a coisa pública de forma honesta e transparente. Identidade cultural diz respeito ao reconhecimento e valorização do que é próprio de uma determinada cultura, incluindo costumes, valores, danças, canções e expressões idiomáticas, o que proporciona aos membros um sentido de pertença. O humor social é compreendido como a capacidade de alguns povos de encontrar a comédia na própria tragédia, estratégia que contribui para a aceitação da desgraça comum, favorecendo um distanciamento do problema e possibilitando sua resolução. Autoestima coletiva refere-se à atitude e sentimento de orgulho que o indivíduo tem pelo lugar onde mora, incluindo o amor por sua terra, a consciência de suas belezas naturais e a identificação com determinados costumes e produções humanas significativas (Oliveira; Moraes, 2018, p. 1734).

De acordo com Oliveira e Moraes (2018), a resiliência ocorre quando os recursos dinâmicos da comunidade são capazes de neutralizar os efeitos dos estressores, permitindo adaptação ao ambiente alterado e retorno ao funcionamento após o período de disfunção transitória. O desenvolvimento econômico de uma comunidade fomenta sua resiliência na medida em que oferece volume, diversidade em recursos econômicos e igualdade na distribuição dos mesmos.

### **3 Metodologia**

A metodologia utilizada está enraizada na imersão realizada em abril de 2024, pelos discentes do Bacharelado em Agroecologia. Esse tipo de vivência, permite que os discentes mergulhem em diferentes experiências comunitárias, estreitando laços com realidades concretas, respondendo a demandas sociais e explorando as problemáticas e soluções construídas localmente nos agroecossistemas. São abordagens a partir das experiências de vida e trabalho das comunidades, nos guiando em um estudo que une a agroecologia com a pesca artesanal, considerando aspectos culturais, sociais, ecológicos, econômicos e políticos.

A imersão, compreendida aqui como um mergulho, tal como o ato de submergir no mar para captar o universo subaquático, representa uma introdução profunda na realidade dos povos das águas, visando uma compreensão real e fundamentada em suas vivências. Foi desenvolvido um roteiro com propósito de interagir de forma ampla colaborando para o desenvolvimento de temas do curso, analisando também aspectos que fortalecem e enfraquecem a resiliência comunitária desses dois lugares.

Dentre as metodologias empregadas, a roda de conversa desempenhou um papel central como instrumento de pesquisa. De acordo com Moura e Lima (2014), permite a criação de um espaço de diálogo em que os participantes podem se sentir acolhidos, prontos para partilhar livremente suas histórias, experiências e saberes. Ao estabelecer um ambiente propício para troca, a roda de conversa não apenas facilita o compartilhamento de conhecimentos, mas também a escuta ativa, que foi fundamental para reconhecer as subjetividades. Essa escuta sensível possibilitou compreender a profundidade das práticas, vivências e dificuldades enfrentadas, respeitando o tempo de cada e acolhendo suas contribuições.

Inspirados em técnicas das metodologias participativas, que foram desenvolvidas e popularizadas principalmente por pesquisadores ligados à educação popular e ao desenvolvimento comunitário, com destaque para Paulo Freire, que em “Pedagogia do Oprimido” (1970), introduz conceitos que seriam fundamentais para a metodologia participativa, como a valorização do saber popular, o diálogo horizontal e a conscientização das populações oprimidas para a transformação social. O método adotado permitiu que trouxéssemos um entendimento profundo das subjetividades, indo além da percepção técnica e promovendo um aprendizado imersivo.

#### **4 Resultados e Discussão**

Na Ilha de Itamaracá, a comunidade do Bairro Novo é caracterizada por um aglomerado de caiçaras que vivem da produção familiar na tradição pesqueira. Nesse trecho do litoral é possível observar embarcações de diversos tamanhos, como barcos, jangadas e baiteiras (canoas). É ali onde os pescadores confeccionam armadilhas e covos, costuram redes, consertam as embarcações e realizam as vendas e os beneficiamentos dos pescados. O lugar também é espaço de descanso e lazer para a comunidade.

No passado era habitado exclusivamente por caiçaras tradicionais, mas atualmente está cercado por bares, condomínios, pousadas e casas de veraneio, que passam a maior parte do tempo desocupadas. A ilha era caracterizada como uma vila de pescadores onde a população local praticava a comercialização ou troca dos excedentes. Com a chegada do turismo, a partir

da construção da ponte Getúlio Vargas, os espaços foram, progressivamente, dominados por outros empreendimentos. Embora obtenham uma importante atuação na economia local, é inegável que o aumento do turismo trouxe consequências adversas ao ambiente e a cultura local.

Na Ilha de Deus, a maioria dos moradores se dedica à coleta de moluscos há gerações, especialmente sururu e marisco, como também o cultivo de camarão em viveiros no mangue. Mesmo entre aqueles que não se dedicam à pesca e à carcinicultura, todos dependem de alguma forma dela, preparando alimentos, produzindo artesanatos, executando serviços conhecidos nessa região como “pombeiros”, que consiste naquele que compra dos pescadores para revender na feira ou fazendo entregas.

As primeiras ocupações registradas neste território datam da década de 50, sendo classificada em 1995 como Zona Especial de Interesse Social – ZEIS Ilha de Deus, com reconhecimento pelo Estado de garantia e permanência das famílias, fruto de lutas e resistências, principalmente das mulheres, sendo um exemplo de conquista do direito à moradia (Moraes; Marques, 2017).

Este trabalho traz características expressivas que fortalecem a resiliência comunitária entre as duas comunidades, refletindo as condições de enfrentamento e adaptação às adversidades de suas realidades.

A solidariedade encontra-se profundamente enraizada nas relações cotidianas, possibilitando a manutenção de práticas e saberes culturais importantes para a identidade e o fortalecimento de seu capital. Percebeu-se uma forte coesão social entre os membros de ambas as ilhas, onde a cooperação mútua e apoio são essenciais para superar as dificuldades. Destacam-se na prática de partilhar responsabilidades e apoiar uns aos outros, nas experiências das despescas, presentes nas duas comunidades, na organização da poupança comunitária e no manejo de hortas comunitárias, na Ilha de Deus, e na realização de eventos culturais, como “a buscada”, na Ilha de Itamaracá, que consiste em uma procissão marítima.

Segundo Braga (2004), nossos hábitos fazem parte de um sistema cultural repleto de símbolos, significados e classificações, avivando a relação da tradição com o cotidiano. As identidades culturais expressam elementos significativos de resistência. Manifestações culturais, como as canções, a ciranda, as danças, práticas alimentares, e os trejeitos representam não só a identidade, mas também orgulho local, fortalecendo o senso de pertencimento. A presença dessas manifestações sustenta o vínculo com o território e a história da comunidade, facilitando a criação de laços mais profundos e duradouros.

A Rádio Comunitária “Boca da Ilha”, na Ilha de Deus, é um símbolo de resistência e identidade cultural, promovendo a comunicação popular, referência na produção de mídia

independente feita pela e para a comunidade. Dando voz às questões e histórias da comunidade, criando uma comunicação horizontal, que une e empodera seus moradores. Outro ponto de destaque é a Jamaiquinha, um espaço de encontro, onde a música e a culinária local se fundem, alimentando a autoestima coletiva, reforçando laços e memórias compartilhadas.

A autoestima coletiva é outra característica marcante observada em ambas as ilhas, as pessoas dessas comunidades expressam um forte sentimento de orgulho em relação ao território em que vivem, que se reflete na valorização das belezas naturais e no amor pelas tradições que compartilham, assim fortalecendo a resiliência, pois o reconhecimento e valorização das qualidades e das conquistas da própria comunidade é fundamental para enfrentar os desafios de maneira proativa.

Observamos que há relações complexas entre o desenvolvimento econômico e resiliência comunitária. A falta de acesso a recursos econômicos é um desafio, limitando a capacidade de resposta e adaptação. Oliveira e Moraes (2018) pontuam que comunidades com escassez de recursos tendem a experimentar reações psicológicas e sociais mais disfuncionais diante das crises. Essa situação foi visível em ambas as ilhas, onde faltam políticas públicas efetivas, porém na Ilha de Itamaracá, não se observou participação concreta nos espaços de organização social, o que enfraquece a resiliência. A ausência ou insuficiência da atuação do estado, compromete seu desenvolvimento após períodos de crise, expondo a comunidade a uma maior vulnerabilidade, comprometendo aspectos de robustez e honestidade estatal.

## **5 Conclusões**

A relação entre os rios e mares da RMR confluem com as atividades dos povos das águas, que lutam pelo reconhecimento do importante papel da pesca artesanal na segurança alimentar e nutricional dessas famílias, na força da organização comunitária e na atuação em defesa e preservação de seus territórios. Os impactos socioambientais vivenciados por pescadores artesanais, implicam uma maior profundidade na discussão política que considera as águas um elemento central nas dinâmicas sociais dessas comunidades.

É imprescindível visibilizar a atuação dos grupos de pesca artesanal que apresentam determinadas heranças, valores, técnicas e conhecimentos tradicionais baseados em suas práticas culturais simbólicas que perpassam gerações.

A resiliência nas duas comunidades é fortalecida por atributos como solidariedade, identidade cultural, autoestima coletiva, fundamentais para o enfrentamento das adversidades. Porém a ausência de suporte governamental e a limitação de recursos econômicos enfraquecem significativamente a resiliência comunitária.

Torna-se importante refletir sobre a pesca artesanal e a agroecologia, através dos princípios de valorização das expressões culturais, que auxiliam na conscientização do papel dos conhecimentos tradicionais, relacionados às estratégias de reprodução social, considerando trabalho, economia, segurança alimentar e nutricional, conservação da biodiversidade, uso racional dos recursos naturais, entre outros elementos que influenciam na transformação processual de territórios mais resilientes.

## 6 Referências

BRAGA, Vivian. Cultura Alimentar: contribuições da antropologia da alimentação. *Saúde em Revista*, 6(13), 2004.

FREIRE, PAULO. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra. 1974.

MORAES, Felipe Machado de; MARQUES, Geyse Viela Gomes. Planejamento urbano e participação popular: a experiência do plano de ação integrada de investimentos para a ZEIS Ilha de Deus, Recife – Pernambuco. Regimes Urbanos e Governança Metropolitana (Encontro Nacional da Rede Observatório das Metrôpoles), Natal, 29 a 31 de março de 2017. Disponível em: <[http://www.cchla.ufrn.br/rmnatal/evento\\_2017/nais/ST4/planejamento\\_urbano.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/rmnatal/evento_2017/nais/ST4/planejamento_urbano.pdf)>. Acesso em: 03 de novembro de 2024

MOURA, Adriana Ferraz. LIMA, Maria Glória. A reinvenção da roda: roda de conversa: um instrumento metodológico possível. *Revista Temas em Educação*, João Pessoa, v. 23, n 1, p. 98 – 106, 2014.

OLIVEIRA, Ana Tercila Campos; MORAES, Normanda Araújo. Resiliência Comunitária: Um estudo de Revista Integrativa da Literatura. *Trends Psychol / Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, vol. 26, n 4, p. 1731 – 1745, dezembro de 2018.

OLIVEIRA, Ericka Carneiro Leão de. Núcleos de estudos em agroecologia voltados à pesca artesanal e à aquicultura familiar: uma estratégia do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (2013-2015). 2017. 120 f., il. Dissertação Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural – Universidade de Brasília, Planaltina, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.26512/2017.04.D.24554>>. Acesso em: 02 de novembro de 2024.

PEDROSA, Beatriz Mesquita Jardim. Pesca artesanal e áreas marinhas protegidas em Pernambuco: uma abordagem multidimensional e institucional. 2016. 182 f. : il. Programa de Pós-Graduação em Recursos Pesqueiros e Aquicultura – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <[https://ww2.pgpa.ufrpe.br/sites/default/files/testes-dissertacoes/pedrosa\\_2016\\_-\\_pesca\\_artesanal\\_e\\_arenas\\_marinhas\\_protegidas.pdf](https://ww2.pgpa.ufrpe.br/sites/default/files/testes-dissertacoes/pedrosa_2016_-_pesca_artesanal_e_arenas_marinhas_protegidas.pdf)>. Acesso em: 02 de novembro de 2024